



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2021

[Handwritten signatures and initials]

6 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Anexo

1-Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALFEIZERÃO" é uma Instituição de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com estatutos publicados no Diário da República n.º 3 / 99, Série III, com Sede Social na vila de Alfeizerão, na Rua Manuel José Ramos Vizoso, número 2, com o código postal, 2460-104 Alfeizerão.

Nos termos do Compromisso homologado pela chancelaria do patriarcado de Lisboa, tem como fins praticar a Solidariedade Social, consubstanciada nas 14 Obras de Misericórdia, exercendo atividade predominante, nas valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Acolhimento de Emergência Social.

Desenvolve ainda outras atividades humanitárias de apoio aos idosos, famílias carenciadas, aposentados e membros da Irmandade, designadamente; Serviço de Ambulâncias, Cuidados de Saúde, Fisioterapia, Reabilitação Física e Psicomotora, Terapias Ocupacionais, Banco Alimentar, Serviços Religiosos, Serviços Fúnebres, Cabeleireiro, Loja Social, Oficina Social, Escritório Social, Turismo Social e Universidade Sénior

1.1 – Niss: 20004053651

Nif: 503 848 794

1.2 - CAE Principal (código e designação): 88101 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento e 87307 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

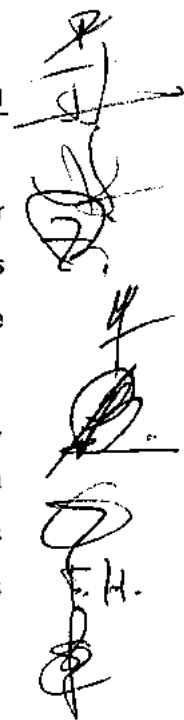
1.3 - Número médio de empregados durante o ano: 54 e 5 bolsas do IEFP

A 31 dezembro de 2021 o número de funcionários dependentes ascendia a 62 funcionários.

O número de funcionários independentes eram de 1, referente ao médico residente.

2. – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-lei nº 98/2015, de 2 de junho.



2.2 – Indicação E justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 são comparáveis às do exercício de 2020

3.-Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 -Bases de Apresentação

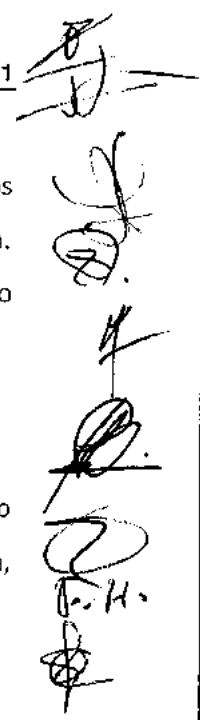
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumido, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual,



independentemente do momento; do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4. Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5. Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7. Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8. Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9. Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10. Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

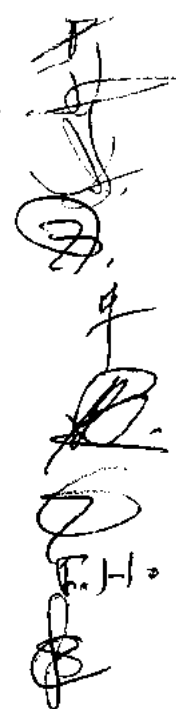
3.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada
Programas de computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou

Houver um mercado ativo para este ativo, e

Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

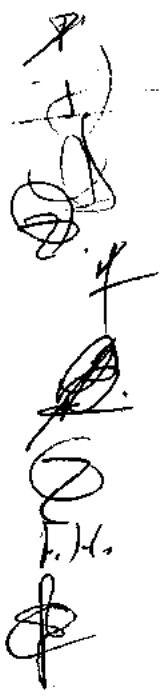
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, montante pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo.

Descrição	Vida Útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios e Outras Construções	20 anos
Equipamento Básico	6 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 anos



3.2.4. Bens do Património Histórico e Cultural – Bens Imóveis

Os “Bens Imóveis” que foram objeto de doação, foram contabilizados inicialmente ao seu custo histórico, tendo sido recentemente reavaliados. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu custo histórico, valor pelo qual figuravam na contabilidade.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso e que sejam contabilizados pela primeira vez, ou seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que as rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil.

Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.5 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo médio.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021



Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

Entrada em incumprimento de uma das partes;

Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

Alterações no preço do bem locado;

Alterações na taxa de câmbio

Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares, procedentes das entidades acima identificadas que se encontram com saldo estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e Outras Contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras Contas a Receber" encontram-se registadas pelo valor nominal, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo não Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade, avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros não são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo, que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo, englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes, também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos, só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e estes se prolongam no tempo e só terminam quando o ativo é dado como concluído.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

4.- Ativos fixos tangíveis

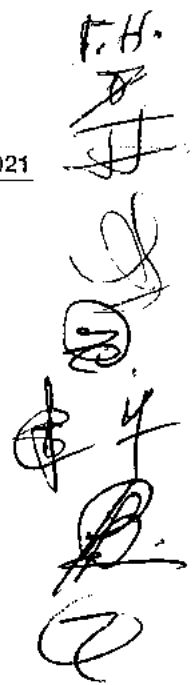
4.1 – Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de ano 2020, mostrando as adições, os abates e alienações as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
[1] Quantia bruta escriturada inicial	767.183,18	2.508.213,43	233.439,18	229.579,95	35.018,06	0,00	762.150,66	0,00	4.535.584,46
[2] Depreciações acumuladas iniciais		855.277,27	216.901,50	220.847,19	33.290,34		0,00	0,00	1.326.316,30
[3] Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
[4] Quantia líquida escriturada inicial (1-2-3)	767.183,18	1.652.936,16	16.537,68	8.732,76	1.727,72	0,00	762.150,66	0,00	3.209.268,16
[5] Movimentos do período (5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	13.646,78	-74.250,07	-7.234,55	-6.359,45	-440,21	0,00	392.684,76	0,00	318.047,26
[5.1] Total das adições	13.646,78	47.021,14	3.661,74	0,00	1.287,13	0,00	392.684,76	0,00	458.301,55
Adições									
Aquisições em 1ª mão	13.646,78	47.021,14	3.661,74	0,00	1.287,13		392.684,76		458.301,55
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais									
Outras aquisições									
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
Trabalhos para a própria entidade									
Acréscimo por revalorização									0,00
Outras									0,00
[5.2] Total das diminuições	0,00	121.271,21	10.896,29	6.359,45	1.727,34	0,00	0,00	0,00	140.254,29
Diminuições									
Depreciações		121.271,21	10.896,29	6.359,45	1.727,34	0,00			140.254,29
Perdas de imparidade									
Alienações									0,00
Abates									0,00
Outras									0,00
[5.3] Reversões de perdas por imparidade									
[5.4] Transferências de AFT em curso									
[5.5] Transferências de/para ativos não correntes detidas para venda									
[5.6] Outras transferências									
[6] Quantia líquida escriturada final (4+5)	780.829,96	1.578.686,09	9.303,13	2.373,31	1.287,51	0,00	1.154.835,42	0,00	3.527.315,42

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

F.H.


5.- Ativos fixos intangíveis

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial 31-12-2020	Aquisições / Adições	Revalorizações	Depreciações período	Alienações	Transferência e abates	Saldo final 31-12-2021
Activos intangíveis	12.867,96	919,55					13.787,51
Activo Intangível Bruto	12.867,96	919,55	0,00	0,00	0,00	0,00	13.787,51
Depreciações acumuladas	12.814,47			973,04			13.787,51
Perdas por imparidade e rever. acumuladas							
Depreciação acumulada	12.814,47	0,00	0,00	973,04	0,00	0,00	13.787,51
Activo Intangível Líquido	53,49						0,00

Investimentos financeiros – Referente ao Fundo de Compensação de Trabalho – 11.940,91€

Ativos tangíveis em curso. Construção da 3ª ala da instituição – 1.154.835,42€

O total de ACTIVO NÃO CORRENTE 2020 – 2.447.117,50 + 762.150,66 + 9.755,62 + 53,49 = 3.219.077,27€

O total de ACTIVO NÃO CORRENTE 2021 – 2.372.480,00 + 1.154.835,42 + 11.940,91 = 3.539.256,33€

6 - Custos de empréstimos obtidos

No mapa abaixo, demonstramos os saldos em dívida à data de 31/12/2020 e 31/12/2021.

Descrição	2021		2020		
	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo utilizado em 2021 - 3º bloco	100.000,00	100.000,00			0,00
Empréstimo utilizado até 2020 - 3º bloco	806.410,07	806.410,07		809.524,12	809.524,12
Empréstimo anterior a 2020 - Outros empréstimos	222.229,89	222.229,89			0,00
Emp PC.Car. Cap 56050982663	1.051.360,04	1.051.360,04		1.051.360,04	1.051.360,04
Apoio Tesouraria			40.000,00		40.000,00
Contas caucionadas			250.000,00	0,00	250.000,00
Empréstimos Bancários Crédito Agrícola	0,00	2.180.000,00	290.000,00	1.860.884,16	2.150.884,16
Linha Crédito Montepio - covid 19	250.000,00	250.000,00			0,00
Total	0,00	2.430.000,00	290.000,00	1.860.884,16	2.150.884,16

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

ANO 2020

-Total em dívida a 31/12/2020–do Edifício sede (em 1361725)	1.051.360,04€
- Total Empréstimo a 31/12/2020 – 3ª ala	809.524,12€
Total	1.860.884,16€
- Conta Corrente Caucionada- passivo corrente (curto prazo)	
- Utilização- Posição em 31-12-2019	250.000,00€
-Total Empréstimo a 31/12/2020 – Apoio a tesouraria	40.000,00€
Total	290.000,00€
Total dos empréstimos em 2020	2.150.884,16€

ANO 2021 – (Após reestruturação de crédito)

-Total em dívida a 31/12/2021–do Edifício sede (em 1361725)	1.051.360,04€
- Total empréstimo anterior a 2000 – outros empréstimos	222.229,89€
- Total Empréstimo a 31/12/2021 – 3ª ala	906.410,07€
- Linha Crédito Montepio - covid 19	250.000,00€
Total dos empréstimos em 2021	2.430.000,00€

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, à exceção dos gastos financeiros com o empréstimo da 3ª ala, que até à conclusão da obra estão a ser capitalizados, ou seja, integrados no valor da obra.

7- Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”, apresentava os seguintes valores:

As existências no final do ano de 2021, foram valorizadas ao custo médio.

CUSTO de MERCADORIAS VENDIDAS e MATÉRIAS CONSUMIDAS	2021							2020					
	Gastos Alimentares	Material diverso	Produtos Alérgicos e outros	Material limpeza geral	Material limpeza laboratorial	Outros produtos individuais	TOTAL	Gastos Alimentares	Material diverso	Produtos Alérgicos e outros	Material limpeza geral	Material limpeza laboratorial	TOTAL
Saldo Inicial	2.334,68	1.276,36	5.833,61	3.552,33	0,00	0,00	12.996,98	4.011,78	489,03	1.607,22	1.825,42	0,00	7.933,45
Compras	109.154,16	4.283,83	30.524,87	28.402,03	6.319,49	3.169,32	181.853,70	103.106,77	1.776,50	29.487,12	30.083,74	5.942,89	170.397,02
Regularizações	-38.501,02	1.037,90	-4.211,37	-1.792,72	-32,80	1.915,13	-43.500,01	-33.335,78	5.884,82	197,70	3.420,30	247,86	-23.585,10
Saldo Final	4.598,37	1.680,34	4.967,73	3.504,97	0,00	793,46	15.544,87	2.334,68	1.276,36	5.833,61	3.552,33	0,00	12.996,98
Saldo Inicial	13.142,55	1.177,50	22.077,11	1.855,97	1.235,00	1.210,99	137.720,93	7.933,45	5.919,00	22.180,01	11.777,11	5.907,75	141.748,39

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

8- Réditos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÉDITOS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2021	2020
ERPI	470.165,32	464.286,93
Centro de dia	20.078,45	33.264,55
Apoio Domiciliário	101.700,59	81.696,72
Universidade Sénior	0,00	1.530,00
Quotizações e Jóias	9.896,60	9.636,60
Serviços Secundários	89.699,94	60.422,14
Descontos e abatimentos	-543,45	-576,81
TOTAL	690.997,45	650.260,13

No ano de 2021, existiu um aumento de réditos no valor de 40.737,32€, em termos absolutos e em termos relativos de aproximadamente 6%.

9 – Provisões

Foram constituídas provisões de cobrança duvidosa para utentes com dívidas à Instituição para além dos limites legais, há mais de 2 anos no valor de 1.407,27€.

À semelhança dos utentes, também foram constituídas provisões para os sócios em dívida até 2019, no valor de 4.401,00€

Em 2021, também existiram reversões no valor de 1.424,00€

QUANTAS DE COBRANÇA DUVIDOSA				
Imparidades	ANO 2020	ANO 2021	AUM. (N. 74)	REVERSÕES
Mais de 6 até 12 meses	0,00	0,00		
Mais de 12 meses até 18 meses	559,42	0,00		
Mais de 18 até 24 meses	865,60	1.425,02		
Mais de 24 meses	14.322,46	14.305,73	1.407,27	1.424,00
Processo Judicial	0,00	0,00		
Total	15.747,48	15.730,75	1.407,27	1.424,00
Quotas Irmãos - saldo 269	0,00		4.401,00	0,00
TOTAL	15.747,48	15.730,75	5.808,27	1.424,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)				4.384,27

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

10 – Subsídios E Apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	2021	2020
Cantinas Sociais	0,00	0,00
CAES	130.159,20	130.159,20
ERPI	114.709,12	109.237,58
Centro de dia	18.458,79	20.363,28
Apoio Domiciliário	123.347,43	130.872,73
Comparticipação despesas funera	0,00	800,00
Apoio a Refugiados	0,00	1.200,00
Domiciliação Serviço Centro Dia - C	4.106,62	0,00
Programa Adptar Social - Covid 19	4.000,00	0,00
Subsídio Cultura - CMA	0,00	1.885,14
Subsídios de Outras Entidades	2.655,18	2.613,88
Fundação Calouste Gulbenkian	1.932,84	17.395,58
IEFP	56.584,59	30.233,23
Doações e heranças	0,00	0,00
TOTAL	455.953,77	444.760,62

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no ano de 2021 foi de “54” contratados e 9 bolsas de estágio, participadas pelo IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2021	2020
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações	579.094,55	530.150,83
Indemnizações	1.265,54	2.662,55
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		
Segurança social	121.234,19	116.048,59
Fundo de Garantia Comp Trabalho	1.315,16	243,95
Subsídios Alimentação Generos	49.989,60	51.204,63
Seguros acidentes de trabalho	6.610,02	8.426,95
Gastos de acção social	0,00	1.056,00
Formação profissional	1.052,00	1.307,50
Fiscalização doença	0,00	42,15
Fardamento	724,47	1.231,79
Medicina no trabalho	1.785,25	1.948,97
TOTAL	763.070,78	714.323,91

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

12 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 – Clientes e utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2021	2020
Clientes	28.358,61	97.830,63
Centro de dia	4.001,76	3.432,09
Apoio Domiciliário	6.890,04	4.493,18
ERP	5.881,16	5.562,52
Serviço de enfermagem e fisioterapia	0,00	0,00
Utentes serviço ambulância	226,32	274,32
Outros utentes	335,00	199,00
Outros utentes serviços extra	872,00	1.962,19
Utentes cobrança duvidosa	15.730,75	15.747,48
TOTAL	62.298,64	129.501,41
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	15.730,75	15.121,49
Utentes considerados incobráveis	0,00	0,00
Total perdas Imparidade	15.730,75	15.121,49
SALDO CONTA 21	46.567,89	114.379,92

12.2 – Irmãos – Quotas Sócios

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Irmãos” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Remédios/Irmãos	2021	2020
2611999 - Irmãos	8.036,50	10.057,50
2696- Perdas por Imparidade	4.401,00	0,00
TOTAL	12.437,50	10.057,50

12.3 – Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de dezembro dos anos 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

OUTROS DEVEDORES DIVERSOS				
	2021		2020	
Acrescimo de rendimentos - Alienação artº 329		0,00 €		0,00 €
Acrescimo de rendimentos - Consignação fiscal		0,00 €		0,00 €
Adiantamento Fornecedores		4.684,43 €		8.824,91 €
Adiantamento ao pessoal		4.676,80 €		4.597,04 €
Despesas com utentes CAES		0,00 €		0,00 €
Diversos Devedores		13.266,25 €		503,28 €
Despesas com utentes CAES	20,99 €		503,28 €	
lefp	13.245,26 €			0,00 €
TOTAL		22.627,48 €		13.925,23 €

De referir que o valor que consta da rubrica adiantamentos ao pessoal, o montante de 4.597,04€ corresponde a valores entregues ao Sr. Provedor José Luís de Castro e o restante valor de 87,39€, refere-se a funcionários. O valor dos funcionários foi regularizado em 2022.

A rubrica outros devedores diversos eram compostos por valores correspondentes a mensalidades debitadas aos utentes, que estão ao encargo da instituição, valores este que foram recebidos sobre a forma de donativos ou doações.

Estes montantes em 2021, foram corrigidos, porque efetivamente os utentes não são devedores dos montantes evidenciados no exercício antes da correção o mapa apresentava os seguintes valores:

OUTROS DEVEDORES DIVERSOS				
	2021		2020	
Diversos Devedores		12.573,47 €		59.794,02 €
Américo Inocêncio	- €		3.060,22 €	
Maria Rosa do Rosário	7.680,00 €		32.698,35 €	
Alice Rosinda Rebelo -Fiel Depositário	- €		- €	
José Maria Rodrigues Simão	3.576,68 €		18.063,30 €	
Aída Florinda Miguel	1.316,79 €		5.972,15 €	
TOTAL		12.573,47 €		59.794,02 €

Na correção foi refletida na conta de gastos do exercício no valor de 12.573,47€.

12.4 – Diferimentos

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2021	2020
Seguros	10.591,01	10.962,76
Contrato Micro-directo	4.127,88	1.981,53
n/c Cepsa	0,00	2.590,42
TOTAL	14.718,89	15.534,71

12.5 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários	2021	2020
Caixa	1.470,16	2.000,00
Depósitos à ordem	63.379,18	34.746,13
Depósito a prazo	39.000,00	
TOTAL	103.849,34	36.746,13

12.6 – Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

A rubrica de Resultados Transitados, foi afetada pelas seguintes situações:

1 - Correção ao lançamento do rappel da Cepsa, referente a n/c anteriores ao ano de 2021 no valor de 17.254,25€.

2- Correção dos proveitos de anos anteriores (2013 a 2020), no montante de 16.000,00€, referentes ao "Donativo" do casal Leal por ter sido transferido para a conta 2782065, e também a diferença entre os valores entregues pelo referido casal e as despesas efetuadas na instituição, quando usufruiu dos serviços, o Sr. Joaquim Leal, no valor de 5.878,14€, (reformas + sub funeral – mensalidades – pag do funeral – farmácia).

3 -Transferência do R. Líquido do exercício de 2020, no valor de 122.309,59€.

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Estas correções estão de acordo com a norma **Alterações nas estimativas contabilísticas e erros**, no ponto 6.9 uma correção é considerada um erro material de um período anterior, é excluída dos resultados do período em que foi detetada.

Assim os Resultados Transitados, em 2021 apresenta um saldo de negativo de -262.951,51€.

Resultados Transitados		Saldo
Saldo Inicial		-113.265,81
1- Correção n/c Rapeel Cepsa	17.254,25	-130.520,06
2- Diferença entre despesas e valores recebidos	-5.878,14	-124.641,92
2 - Rectificação de Proveltos	16.000,00	-140.641,92
3 - Transferência R. Líquido 2020	122.309,59	-262.951,51
TOTAL		-262.951,51

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

A conta Excedentes de revalorização de Ativos Fixos Tangíveis, foi movimentada com reavaliações feitas ao logo do ano, essencialmente aos bens que foram doados pelos utentes a cargo da instituição, conforme se mostra no mapa abaixo:

Reavaliação de tangíveis		Saldo
Saldo Inicial		434.390,84
Reavaliação artº 1272	42.364,90	476.755,74
Reavaliação artº 5641	9.734,29	486.490,03
Reavaliação artº 1272 Imp Moradia	3.912,49	490.402,52

A rubrica. Outras Variações de Fundo Patrimoniais, também sofreram alterações, motivadas pela alteração de contabilização do "donativo" de 40.000,00€ e as correções de proveitos relacionados com esse mesmo "donativo" no valor de 16.000,00€, que origina uma diferença de 24.000,00€.

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

O reconhecimento dos proveitos de donativos imputados à obra, na proporcionalidade direta dos custos das depreciações da obra, no valor de 24.772,24€

Em 2021 foi transferido da conta 2722910, para a conta 59 o montante de 20.268,53€ do fundo solidário, constituído até 2020.

Este ano e à semelhança dos anos anteriores também foi constituído o Fundo Solidário, com base no valor provisional do orçamento de 2021, no valor de 6.750,92€.

Respeitando deliberação da Mesa da Assembleia, na sua ata nº 48 de 14/11/2015.

O saldo da referida rubrica apresenta o valor total de 623.792,77€

Fundo Solidário		
Saldo Inicial		645.545,56
Correção donativo	-24.000,00	621.545,56
Proveitos ano 2021	-24.772,24	596.773,32
Fundo solidário	27.019,45	623.792,77

O fundo solidário tem vindo a ser constituído desde 2016, com base em 0.05% da conta de proveitos e outros rendimentos, provisionados no orçamento, ao longo dos anos e foi constituído e atribuído de acordo com o mapa abaixo:

Fundo Solidário			
	Constituição	Atribuição	Saldo
2016	4.914,16	2.269,00	2.645,16
2017	5.108,41	500,00	4.608,41
2018	4.782,69	1.300,00	3.482,69
2019	5.236,35	2.320,00	2.916,35
2020	6.750,92	135,00	6.615,92
2021	6.750,92	0,00	6.750,92
TOTAL	33.543,45	6.524,00	27.019,45

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

No total, estas rubricas, devidamente discriminadas anteriormente, apresentam o resumo dos Fundos Patrimoniais conforme o mapa abaixo:

	2021	2020
Fundo Social	36.382,31	36.382,31
Reservas	67.904,68	67.904,68
Resultados Transitados	-262.951,51	-113.265,81
Excedentes de Revalorização	490.402,52	434.390,84
Outras variações de Fundos Patrimoniais	623.792,77	645.545,56
Resultado líquido	-93.176,74	-122.309,59
TOTAL	862.354,03	948.647,99

12.7 – Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

A conta de fornecedores apresenta uma dívida no valor de 58.827,12€ em 2021 e 44.269,56€ em 2020.

	2021	2020
Fornecedores c/c	58.827,12	44.269,56
TOTAL	58.827,12	44.269,56
Adiantamentos a fornecedores	4.684,43	8.824,91

A rubrica adiantamentos a fornecedores apresenta um saldo de 4.684,43€.

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

A mesa administrativa tem vindo a ser alertada desde 2013, para a urgência de regularizar a verba de 4.684,43€, incluída na verba acima referida.

Os valores correspondem a adiantamentos a fornecedores, que terão sido empresas da propriedade do antigo provedor:

- Área Gestão – 2.713,41€;
- Adiantamento A. M. Castro Investimentos, S.A – 1.971,02€.

12.8 – Estado e Outros Entes Públicos

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida conforme mapa abaixo:

Rubrica	2021		2020	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Imposto s/ rendimento trabalho dependente		3.244,90		1.866,50
Imposto s/ rendimento trabalho independente		175,00		375,50
Rendimentos Prediais		250,00		250,00
Contribuições para a Segurança Social		16.966,42		12.390,21
Fundo compensação do trabalho		356,69		269,07
Iva Reembolsos pedidos	7.385,55		16.559,20	
TOTAL	7.385,55	20.993,01	16.559,20	15.151,28

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

12.9 – Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

OUTRAS CONTAS A PAGAR				
	2021		2020	
Fornecedores de Investimento		78.553,84 €		1.387,65 €
Adiantamento de clientes e utentes		640,62 €		926,12 €
Renumerações a pagar		- €		3.291,09 €
Credores por acréscimo de gastos:		90.203,37 €		109.568,76 €
Seguros a liquidar em 2021	- €		147,22 €	
Férias e Sub. Férias a Liq 2021	85.905,25 €		85.896,11 €	
Outras despesas diferidas	4.298,12 €		23.525,43 €	
Outros credores		156.372,46 €		165.150,33 €
António Manuel Pinto Curado	- €		1.050,00 €	
Beatriz Godinho - análises clínicas	- €		66,57 €	
ABVSMP	117,00 €		466,20 €	
Farmácia de Alfeizerão	- €		2.466,24 €	
Farmácia de Coz	1.806,62 €			
Maria Marques Saramago Correia	2.945,09 €		1.514,15 €	
António Pedras - Fiel Depositário	1.519,30 €		1.187,17 €	
Maria Delmira Pinto S. Gomes	662,59 €			
Joaquim T. Leal e M ^{te} Noémia S.M. Leal	34.121,86 €			
Susp de A. de Cooperação Insp 2013 a 2017	115.200,00 €		158.400,00 €	
TOTAL		325.770,29 €		280.323,95 €

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

12.10 – Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

TIPO DE FORNECIMENTO E SERVIÇO EXTERNO	2021	2020
Trabalhos Especializados	11.730,95	12.647,74
Publicidade e propaganda	731,85	632,60
Vigilância e Segurança	0,00	508,30
Honorários	17.946,79	13.097,30
Comissões Galp	20,50	73,01
Conservação e reparação	16.420,64	13.374,68
Serviços bancários	6.006,23	6.145,70
Serviços de Ambulâncias	468,85	682,65
Jornais e revistas	940,00	1.226,16
Ferramentas e utensílios	9.668,15	5.759,26
Livros e documentação técnica	0,00	20,30
Material de escritório	2.984,67	4.779,36
Artigos para ofertas	508,92	442,51
Electricidade	23.254,78	24.074,29
Combustíveis	20.167,53	15.012,61
Água	7.098,45	3.812,89
Outros fluidos	53.831,63	31.232,02
Deslocações e estadas	842,00	2.275,82
Transporte de mercadorias	0,00	145,23
Rendas e alugueres	21.653,09	21.555,36
Comunicação	6.628,41	11.552,80
Seguros	8.729,28	10.559,33
Despesas de representação	0,00	0,00
Contencioso e notariado	2.061,76	1.212,20
Limpeza, higiene e conforto	1.882,40	3.735,99
Rouparia	15,00	0,00
Outros serviços	0,00	2.386,85
Rouparia	0,00	60,10
Vestuário e Rouparia	712,50	947,85
Encargos de saúde c/ utentes	478,74	129,99
Convívio com idosos	0,00	0,00
Material didático	520,51	511,83
Passeios	0,00	427,00
Ajudas Técnicas	0,00	0,00
Despesas funerais	0,00	0,00
Acolhimento a Refugiados	0,00	0,00
Fundo de reestruturação do sector solidário	0,00	6.750,92
TOTAL	215.303,63	195.772,65

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

12.11 –Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
	2021	2020
Descontos p/p obtidos	1.015,47	913,69
Ganhos em inventários - sobras	331,75	920,77
IEFP- Instituto Publico	0,00	0,00
Reembolso fundos compensação	95,30	0,00
Alienações		3.800,00
Sinistros	396,95	2.096,26
Rappel farmácia coz	2.431,99	0,00
Rappel Cepsa	16.723,23	0,00
Outras Correções Exercícios Anteriores	3.285,16	1.323,78
Imputação Subsídios/doações invest	24.772,24	26.076,04
Donativos em Generos	6.012,40	10.073,92
Donativos em Numerário	3.878,86	13.203,96
Donativos CMA	6.944,21	0,00
Donativos banco alimentar	11.359,68	15.491,23
Donativos Brigada Fiscal	540,73	240,00
Quotas sem identificação	51,00	0,00
Donativos fârmácia de coz	59,56	0,00
Proveitos R. Humanos	2.797,29	0,00
Benefício Fiscal de Irs	1.403,43	894,53
TOTAL	82.099,25	75.034,18

Na conta 78833- Imputação de subsídios/doações investimentos o valor de 24.772,24€, corresponde à regularização a efetuar no exercício em curso, proporcional as depreciações da nova sede da instituição.

Estes donativos e doações foram considerados na conta 59 – Outras Variações nos fundos

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

patrimoniais, para a construção da sede da instituição.

A conta 59 vai sendo debitada ao longo dos anos na proporção das depreciações do edifício, conforme orientações da segurança social e de acordo com a Portaria nº 106/2011 de 14/03 e portaria 218/2015 de 23/047.

Tendo sido considerado em rendimentos do ano de 2021 o valor de 24.772,24€, conforme mapa anexo:

2013	628.473,13	0,00		2.618,64
2014	649.087,77	646.469,13		32.323,46
2015	691.070,31	656.128,22		32.806,41
2016	694.563,31	626.814,80		31.340,74
2017	707.207,61	608.118,36		30.405,92
2018	707.207,61	577.712,45		28.885,62
2019	707.207,61	548.826,82		27.441,34
2020	701.761,84	521.385,46		26.076,04
Retificação donativo Casal Leal	677.761,84	471.309,42	24.000,00	
2021		471.309,42		24.772,24
SALDO		446.537,18		

2021	DONATIVO CMA	150.236,14		
TOTAL		596.773,32		
2021	FUNDO SOLIDÁRIO	27.019,45		
TOTAL CONTA 59		623.792,77		

Em 2021, foi debitado conta 59, pelo montante de 40.000,00, este valor foi entregue à Instituição e inicialmente contabilizado como donativo. O referido montante foi entregue por um casal à instituição, para que, quando fosse necessário a instituição lhe prestasse serviços, existindo para o efeito um documento assinado entre as partes.

Neste exercício foi revista a contabilização e corrigida, pelo valor de 24.000,00€, diferença entre o valor entregue e o montante transferido para proveitos ao longo dos anos, desde 2013.

A Rubrica 59 – Outras variações nos fundos patrimoniais - apresenta um saldo no valor de 623.792,77€.

Ao montante de 446.537,18 acresce o subsídio da CM, atribuído no exercício de 2020, no valor de 150.236,14€, que começa a ser considerado como proveitos após a conclusão da 3ª ala e ainda o Fundo Solidário no valor de 27.019,45€.

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

12.12 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

	2021	2020
Descontos p/p concedidos descontos de ausência	0,00	0,00
Taxas	29,68	29,21
Quotizações	600,00	600,00
Imposto Municipal s/Imóveis	0,00	0,00
Outras Correções Exercícios Anteriores	3.249,92	21.248,47
Prestações associados mutualidades (utentes Santa Casa)	12.573,47	0,00
Fundo Solidário 2021	6.750,92	0,00
Multas	240,00	120,00
Perdas em inventários	2.937,42	1.446,19
Outras Perdas	0,00	130,14
Penhora/Arresto Processo 4/19.T8P8L		21.777,47
TOTAL	26.381,41	45.351,48

12.13– Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes custos relacionados com juros suportados e gastos similares:

No exercício de 2021 estão registados na rubrica 69 –34.141,05€ e em 2020 estão registados na rubrica 69 –36.055,50€.

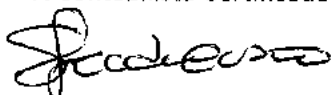
Empréstimo	32.703,48
Juros conta corrente caucionada	1.437,57
Outros Juros	0,00
TOTAL	34.141,05

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e conselho fiscal

A Contabilista Certificada



A Provedoria

